



European Leader Association
for Rural Development
Brussels, www.elard.eu

SWEDISH
PRESIDENCY
2020-2021



Declaração de Halmstad

*Apoiar uma Europa viável através da
democracia local e de abordagens
participativas em todos os territórios rurais
e nos demais*

A 1 e 2 de dezembro de 2021, teve lugar em Halmstad, na Suécia, a conferência promovida pela ELARD "Celebração dos 30 anos do LEADER". Nesta conferência, 149 delegados, de 22 países europeus, representantes dos cerca de 2.000 Grupos de Ação Local da Europa, de redes rurais, de autoridades de gestão, do Comité das Regiões e da Comissão Europeia reuniram e discutiram a Visão de Logo Prazo para as Zonas Rurais e o futuro do LEADER/DLBC. As conclusões seguintes foram elaboradas como propostas para o futuro da Europa:



1. Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais (VLPZR)

Congratulamo-nos com esta iniciativa, estratégica e bem estruturada, para a construção de territórios rurais mais fortes, conectados, resilientes e prósperos em toda a União Europeia. A ELARD, as redes de GAL e os GAL esperam ser integrados e incluídos nos próximos passos, a nível europeu, nacional e regional. Esperamos cooperar no pacto rural, mas também noutras iniciativas, a diferentes níveis, onde os representantes e atores dos territórios rurais devem ser envolvidos, visto que a ELARD, as redes nacionais de GAL e os GAL são os únicos atores rurais com uma tão vasta cobertura de organizações. Sugerimos que a UE e os governos nacionais e regionais revejam os seus orçamentos e garantam os recursos necessários para tornar a VLPZR numa realidade de imediato, uma vez que a Europa tem uma janela de oportunidade neste momento, na recuperação da pandemia. Assim, apoiamos a ideia do Senado francês de acrescentar à Visão uma verdadeira agenda rural.

2. Promover a simplificação dos recursos para o desenvolvimento rural

Os membros da ELARD testemunham a ineficácia de parte do financiamento disponível para os territórios rurais. Nesses casos, vemos como várias instituições, projetos e atores trabalham de forma incoerente com a distribuição de tão pouco financiamento. Promover a convergência e a otimização dos fundos entre as organizações públicas assegura o trabalho comum rumo à Visão de Longo Prazo para as Zonas Rurais. Esta convergência deve traduzir-se numa prioridade estratégica transversal nas estratégias nacionais e regionais. Será essencial garantir o diálogo permanente entre os ministérios, as autoridades regionais, os municípios, os Grupos de Ação Local e outros atores, com vista a simplificar a aplicação do desenvolvimento rural nos territórios.

3. Transparência na garantia de serviços como parte do contrato societal

Apelamos aos governos e às instituições, nos diferentes níveis, que assegurem que são tidas em conta soluções modernas no desenho dos pacotes de serviços para os seus cidadãos. Para além disso, sugerimos aos governos e às instituições, que incluam no processo de decisão de acesso aos serviços pelas populações, critérios que vão além do desenvolvimento económico. Enquanto cidadãos da Europa rural, queremos ver até que ponto fazemos parte do contrato entre os contribuintes e os governos, que também inclui o acesso a serviços. Uma solução poderá ser a definição de um pacote de serviços-base com que todos os cidadãos podem contar. Outra pode ser o desenvolvimento de um processo de decisão transparente sobre os serviços, a todos os níveis, que inclua critérios como a sustentabilidade ecológica e social. Se os cidadãos estiverem cientes do que podem esperar dos seus governos, haverá maior espaço para o surgimento de soluções inovadoras para colmatar as lacunas.



4. Bem-estar enquanto parte da atratividade

As áreas rurais são atrativas, mas os seus habitantes necessitam de ter o mínimo de bem-estar. Apelamos à responsabilidade dos governos nacionais e regionais em assegurar que todos os cidadãos, em todas as áreas geográficas, têm a justa oportunidade de se integrar no sistema de assistência social, que existe para assegurar segurança social a todos nós. Os cidadãos das áreas rurais também necessitam de ter um nível mínimo de bem-estar através do apoio aos idosos e às crianças e do acesso a tratamento médico. De forma a garantir tudo isto, a nossa sociedade necessita de serviços sociais, nomeadamente infraestruturas de saúde, de educação, como escolas, centros de treino vocacional e infantários, assim como infraestruturas de apoio aos idosos e hospitais, bem distribuídos por toda a Europa, incluindo nas áreas rurais.

5. Descentralizar

De forma a promover a descentralização das instalações e dos recursos humanos das empresas, cujas matérias-primas provêm principalmente do meio rural, como sucede no caso das empresas agroalimentares, do setor da energia, construção e têxteis, entre outros, acreditamos que é crucial que o setor público dê o exemplo. Assim, sugerimos aos governos nacionais e regionais que planeiem de que forma pode ser implementada uma descentralização concreta das instituições e das funções, sendo que as instituições da UE também o devem considerar.

6. Mudar a história

As áreas rurais são diversas e, por isso, abrangem diferentes oportunidades. As Estratégias de Desenvolvimento Local são a melhor ferramenta para identificar e fazer recomendações para aproveitar essas oportunidades. Algumas das oportunidades que muitas das áreas rurais partilham são:

- **Melhor qualidade de vida e saúde:** a proximidade à natureza e a possibilidade de promover a qualidade de vida das pessoas, assim como a sua saúde física e psicológica, a partir dessa proximidade, podem resultar numa melhor qualidade de vida e da saúde.
- **Habitação atrativa:** Habitação próxima de áreas agradáveis de lazer é atrativa para os habitantes e para possíveis imigrantes das cidades ou outras áreas rurais. As novas soluções digitais podem tornar possível que novos habitantes trabalhem a partir de qualquer sítio e escolham viver num local mais atrativo, em vez de viver nas proximidades do local de emprego.
- **Resiliência:** Comunidades pequenas, onde as pessoas se conhecem e confiam umas nas outras, adaptam-se mais rapidamente a novas circunstâncias, o que é importante em tempos de crise. A existência de espaços para agricultura recreativa, de pequena escala, que complemente os alimentos disponíveis nas lojas, é importante para aumentar a resiliência das pessoas desse território. As cadeias curtas de abastecimento podem aumentar a resiliência ainda mais, dado que os produtos provêm das áreas rurais. Pessoas psicologicamente sãs são mais resilientes.

- **Ambiente e clima:** Populações que habitem e trabalhem perto da natureza ou de recursos naturais tendem a ser mais conscientes da importância da sua proteção.

Apelamos a todos os níveis, incluindo o rural local, para que comecem a contar uma história diferente sobre os pontos fortes e as oportunidades dos seus territórios. As áreas rurais precisam de um quadro de serviços e bem-estar funcional e transparente por parte das autoridades locais, regionais e nacionais, para poderem aproveitar as oportunidades.

7. Assegurar os direitos das crianças e jovens rurais

Os direitos das crianças e jovens rurais, especialmente os mencionados nos artigos 3, 12 e 31 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, correm o risco de ser violados devido à ausência de atividades de lazer e espaços de encontro para os jovens, associados a pouca ou nenhuma oferta de transportes. É, portanto, fundamental um enfoque em:

- maior envolvimento dos jovens rurais nos processos de decisão, a todos os níveis;
- sistemas de transportes flexíveis para os jovens rurais;
- infraestruturas digitais para os jovens rurais;
- maior acesso à educação para os jovens rurais, com um maior enfoque na transferência de competências, na aprendizagem centrada nos estudantes e na educação não-formal, com vista a alcançar educação de qualidade, verdadeiramente equitativa e universal.

8. Ações transformativas para a sustentabilidade

são necessárias de imediato. Todos os cidadãos têm de ser envolvidos na transformação para um modo de vida mais sustentável, que deve começar com e a partir dos próprios cidadãos. Apelamos à aposta no envolvimento de cidadãos comprometidos, dando prioridade ao tema do “nosso futuro comum”. Este enquadramento necessita, todavia, de partir dos políticos e das instituições de alto nível. Exigimos ação na construção deste quadro e esperamos participar nos processos de consulta. Pedimos às instituições nacionais e europeias que criem um enquadramento credível para atingir os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

9. A coesão da Europa

Estamos preocupados com o surgimento de vozes críticas da UE por toda a União. Sugerimos, portanto, que todas as políticas e medidas decorrentes da UE também promovam os benefícios da UE. Além disso, a cooperação transnacional e intercâmbios entre as zonas rurais devem ser promovidos em todos os programas europeus. Os níveis nacional e regional têm de assumir a responsabilidade de aproximar a Europa dos seus cidadãos e todos os intervenientes têm de trabalhar em conjunto para fazer com que os meios de comunicação tradicionais comecem a comunicar aquilo que os contribuintes financiam através da UE.



10. Reforçar o papel dos Grupos de Ação Local

Cada território rural é diferente e possui diferentes forças e oportunidades que necessitam de ser exploradas. Os GAL e as respetivas estratégias de desenvolvimento local visam desenvolver os territórios com base nas suas circunstâncias locais. Os GAL são, portanto, o único instrumento a trazer as políticas globais, europeias e nacionais para responder às necessidades das populações locais e este instrumento de governação multinível deve, por conseguinte, ser reforçado. Apelamos às autoridades, a todos os níveis, que construam um quadro de apoio aos GAL, com base no que se apresenta.

USAR AS OPORTUNIDADES DO LEADER/DLBC

1. Os GAL como parceiros nas políticas públicas

Após 30 anos, queremos enfatizar que os GAL trabalham em prol de uma política TERRITORIAL e não-setorial. É altura de reconhecer os GAL como ferramentas de gestão que vão muito além do FEADER/PAC. Os governos e instituições, a todos os níveis, mas principalmente a nível nacional e regional, devem incluir os GAL na respetiva programação de uma forma mais holística. Isto teria particular importância em temas como o desenvolvimento sustentável, população idosa, sistemas alimentares, economia circular ou smart villages, para referir alguns.

2. Promover a comunidade europeia de GAL

A cooperação transnacional é mais importante que nunca para fazer da nossa União Europeia uma união de pessoas e também de instituições. Os GAL de toda a Europa já desfrutam de uma família europeia que deve ser valorizada e desenvolvida. É importante que as autoridades nacionais e regionais proporcionem aos GAL um quadro funcional que lhes permita lançar projetos de cooperação transnacional em qualquer momento do ciclo de programação, a fim de encontrar parceiros transnacionais em toda a Europa. As Redes Rurais Nacionais e a Rede Europeia devem apoiar reuniões com os GAL das diferentes partes da Europa.

3. Os GAL como parceiros nas políticas públicas

Instamos os GAL, as redes e as autoridades a começarem a falar, promover e apresentar bons exemplos que vão muito além de projetos únicos. O impacto dos Grupos de Ação Local não pode ser mostrado através da apresentação de projetos individuais. É o valor acrescentado dos GAL na sua área geográfica que deve ser avaliado e evidenciado. A ativação da população rural, assumindo a responsabilidade pelo desenvolvimento da sua área local, é a chave para uma governança multinível e apenas um dos aspetos do valor acrescentado desta intervenção.



4. Jovens rurais

Os GAL, as redes e as autoridades necessitam de criar espaço e envolver os jovens no seu trabalho diário. Para isso, é necessário que as autoridades criem o enquadramento adequado, permitindo, por exemplo, o apoio a projetos guarda-chuva (umbrella) para a juventude.

5. Ações transformativas no terreno

São cruciais para enfrentar as alterações climáticas e os desafios ambientais com que hoje nos deparamos. Muitos GAL estão já a contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e estão prontos para ser mais ativos. É urgente que os governos e as instituições, a todos os níveis, considerem os GAL como parceiros nesta importante tarefa.

6. Financiamento para uma Europa mais forte, conectada, resiliente e próspera

Continuamos a acreditar que é necessário pelo menos 8% de FEADER, FEDER, FSE e FEAMP para que os GAL tenham um verdadeiro impacto, como afirmámos na Declaração de Tartu, em 2016 [1]. Isto também permitiria aos GAL urbanos ser ativos na construção do nosso futuro europeu comum. Exigimos que seja considerado que os futuros programas e projetos – a todos os níveis - dirigidos aos cidadãos rurais, sejam implementados através dos GAL.

7. Os 7 princípios LEADER

É uma condição prévia para o valor acrescentado do LEADER que todos os governos nacionais e regionais respeitem os sete princípios LEADER em todas as fases da programação, isto é, na preparação das estratégias, na sua implementação e na avaliação. Queremos dar mais ênfase à “abordagem ascendente” na criação dos GAL e das respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local.

8. A marca LEADER

Sugerimos que todo o sistema de apoio comece a utilizar, em conjunto, a marca LEADER / DLBC. Após 30 anos de trabalho em prol do desenvolvimento participativo nas áreas rurais e não só, os GAL deveriam ser mais conhecidos do público. Manter o logótipo do LEADER da União Europeia é uma boa ideia, pois mostra quantos anos e em quantos locais o LEADER esteve presente na Europa rural até agora. Os GAL, as redes LEADER, as Redes Rurais Nacionais (RRN) e as Autoridades de Gestão devem trabalhar em conjunto para divulgar a abordagem. Seria muito útil que as RRN e as AG dessem a conhecer bons exemplos do trabalho dos GAL, envolvendo as redes LEADER neste trabalho.

[1] <https://ec.europa.eu/futurium/en/system/files/ged/tartu-declaration-leaderclld.pdf>



9. Simplificação

A grande burocracia associada ao LEADER e ao DLBC penalize a narrativa, tanto dos GAL como da UE. A todos os níveis, mas especialmente ao nível dos governos nacionais, devem assumir a responsabilidade de simplificar – para todos os beneficiários – a implementação do DLBC. É necessário criar um sistema administrativo, concebido especialmente para o DLBC, que atenda às vontades das redes GAL. Qualquer excesso de regulamentação deve ser evitado.

10. Timing

Apelamos aos nossos governos nacionais que comecem agora o processo de simplificação, para que esteja funcional muito antes do início do próximo período de programação. No que se refere ao LEADER 2023-2027, apelamos às autoridades, a todos os níveis, que garantam a plena operacionalidade dos GAL no dia 1 de janeiro de 2023. Isto significa que todas as Estratégias de Desenvolvimento Local devem ser aprovadas e os respetivos contratos com os GAL devem ser assinados para que os GAL comecem a operar a 1.1.2023.



European Leader Association
for Rural Development
Brussels, www.elard.eu

SWEDISH
PRESIDENCY
2020-2021

LUS
LOKAL UTVECKLING
SVERIGE

As conclusões provêm de painéis e debates e foram alvo de consulta junto dos participantes, durante a conferência, e das 29 redes membros da ELARD entre 6-17.12.2021, após a conferência.

Para mais informações:

Marion Eckardt

Presidente da ELARD

E-mail: marion.eckardt@elard.eu

www.elard.eu

Luís Chaves

Coordenador da Federação Minha Terra

E-mail: lmchaves@minhaterra.pt

www.minhaterra.pt

